

O Protagonismo da Criança Nas Aulas De Educação Infantil



Michele Moreira dos Santos Gravetz¹; Solange Woicheowski²;
Professor orientador: Marco Antônio Ribeiro Merlin
Centro Universitário Unifacear

RESUMO

O presente artigo tem a temática O Protagonismo Nas Aulas De Educação Infantil, apresentando a seguinte problemática: O que é protagonismo infantil e como possibilitá-lo nas aulas desta etapa de ensino? E teve como objetivo geral investigar o conceito e a importância do protagonismo de alunos da educação infantil e suas implicações, e adentrando nos objetivos específicos buscou levantar dados a respeito da temática em artigos científicos, documentos oficiais e livros de referência selecionando os pertinentes, identificando os conceitos e seus contextos históricos com o foco no Brasil, e analisou as implicações desta prática educacional, utilizando a metodologia de pesquisa bibliográfica e revisão sistemática qualitativa. Na busca de conhecer o contexto histórico da educação infantil no Brasil compreendemos o motivo de muitos associar a educação infantil ao assistencialismo ou como preparação para o ensino fundamental, pois durante muito tempo a creche era atrelada ao direito da mãe trabalhadora, e a educação pré-escolar a preparação para o ensino fundamental. A partir da constituição de 1988 que a criança começou a ser apresentada como um ser de direitos, e as leis seguintes colaboram para tornar a educação infantil etapa da educação básica com características e personalidade própria. A criança para se desenvolver de maneira integral precisa ser um agente ativo durante o processo de ensino aprendizagem, e cabe ao professor e a toda comunidade escolar oportunizar a criança os recursos tantos estruturais como humanos para que o protagonismo infantil possa ser efetivado.

Palavras-chave: Protagonismo, educação infantil, Contexto histórico, Prática educativa.

ABSTRACT

The present article has the theme The Protagonism In Child Education Classes, presenting the following problem: What is child protagonism and how to make it possible in the classes of this teaching stage? And its general objective was to investigate the concept and the importance of the role of students in early childhood education and its implications, and entering the specific objectives order to raise data about the theme in scientific articles, official documents and reference books, selecting the relevant ones, identifying the concepts and their historical context focusing Brazil, and analyzing the implications of this educational practice, using the methodology of bibliographic research and qualitative systematic review.

In the issue to know the historical context of early childhood education in Brazil, we understand the reason why many early childhood education associate with assistance or as a preparation for elementary school, since for a long time the daycare center was linked to the right of the working mother, and pre-school education preparation for elementary school. After the constitution of 1988, the child began to be presented as a being with rights, and the following laws collaborate to make early childhood education a stage of basic education with its own characteristics and personality.

The child to develop in a comprehensive way needs to be an active agent during the teaching-learning process, and it is up to the teacher and the entire school community to provide the child with both structural and human resources so that child protagonism can be carried out.

Key Words: Protagonism, early childhood education, Historical context, Educational practice.

1. INTRODUÇÃO

O que dizem os artigos e livros acadêmicos publicados quanto às abordagens e significados de protagonismo infantil e como possibilitá-lo nas aulas desta etapa de ensino?

A educação infantil ainda é vinculada por muitos ao assistencialismo e/ou como etapa de promoção para o ensino fundamental, não sendo reconhecida por estes como etapa da educação básica, com identidade e características próprias.

Um dos grandes desafios para os professores de educação infantil é proporcionar durante sua prática que a criança seja um agente ativo no processo de ensino aprendizagem.

No decorrer deste artigo apresentaremos o conceito de protagonismo infantil e seus contextos históricos, focados no Brasil, e também abordaremos e analisaremos as implicações destas práticas educacionais.

Para esclarecer essas dúvidas utilizaremos a metodologia de pesquisa bibliográfica e revisão sistemática qualitativa.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

Para entendermos a educação infantil como etapa da educação básica que possui identidade e características próprias, precisamos perceber como ela se desenvolveu ao longo do tempo, conhecer o seu contexto histórico, qual era a concepção de infância antigamente, como surgiu o assistencialismo, a pré-escola, e quais marcos históricos influenciaram para o surgimento da educação no molde atual.

No Brasil, século XVII, a primeira instituição criada, que acabou por se responsabilizar ao atendimento às crianças, foram as Santas Casas de Misericórdia, que faziam papel de caridade junto à corte, recebendo as crianças que eram abandonadas. Responsabilidade esta que depois foi transferida à Irmandade Nossa Senhora (FILIPIM *et al.*, 2017, p.607-609). Ou seja, havia caráter assistencialista.

Com caráter semelhante, já no século XIX, foram criados os “asilos”, que eram creches para filhos de pais pertencentes a classes menos favorecidas. Tinha por função cuidar destas crianças enquanto seus pais trabalhavam, ou seja, tem origem relacionada com o direito das mães trabalhadoras e relaciona-se à assistência social, sendo o trabalho voltado para questões de higiene, alimentação, e cuidados físicos, sem investimento nos aspectos pedagógicos (ALVES, 2011, p.21-22).

Em 1840, na Alemanha, surgiu o conceito de jardim de infância, utilizado pela primeira vez por Froebel, influenciado por Pestalozzi, que a criou com a finalidade de educar crianças a partir dos quatro anos de idade, seguindo um ideal de liberdade conforme apresentado por Filipim

Influenciado por um ideal de liberdade, propôs a criação dos kindergardens, que significa kind = criança e garden = jardim, ou seja, os jardins de infância, onde as crianças estariam livres para aprender sobre si mesmas e sobre o mundo (FILIPIM *et al.*, 2017, p.609).

Esta mesma ideia chegou até o Brasil contraponto aos asilos. Onde agora para além do caráter assistencialista, passa-se a considerar a criança como ser pensante e capaz de aprender sobre si e sobre o mundo. Conforme Kuhlmann Junior (1998, p. 73 *apud* FILIPIM *et al.*, 2017, p.611), os jardins de infância são, por excelência, instituições educativas, cabendo às anteriores apenas o assistencialismo.

A partir dos anos 1950, devido ao fracasso escolar das crianças de camadas mais populares, a pré-escola assume caráter compensatório e preparatório, visando desenvolver hábitos e habilidades necessários para adaptação à rotina escolar, sendo, portanto, atribuído à esta a função de preparação para acesso ao ensino posterior. Neste contexto admitia-se para crianças em idade pré-escolar (4 a 6 anos) profissionais com formação no curso de magistério de 2º grau, cabendo a estes a tarefa de desenvolvimento de atividades de treino psicomotor, e para as crianças menores (0 a 3 anos), pessoas sem qualquer qualificação para suprir assistência (ALVES, 2017, p.23). E até os anos 1980 manteve-se esta mesma concepção conforme cita a BNCC

A expressão educação “pré-escolar”, utilizada no Brasil até a década de 1980, expressava o entendimento de que a Educação Infantil era uma etapa anterior, independente e preparatória para a escolarização, que só

teria seu começo no Ensino Fundamental. Situava-se, portanto, fora da educação formal (BNCC, 2018, p.35).

Já entre os marcos que influenciaram e trouxeram mudanças para esta etapa de ensino encontramos, em 1981, o Programa Nacional de Educação Pré-escolar, que traz uma nova função para a educação de crianças de 0 a 6 anos que passam a apresentar objetivo em si mesma, não mais com foco preparatório de acesso ao fundamental, mas voltado para as crianças e a superação de suas necessidades, visando efeitos positivos sobre o processo educacional. Começa-se também a ter um pensamento voltado para qual o tipo de profissional, e formação adequada deste, para atuar nesta etapa de ensino (ALVES, 2011, p.24).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação infantil ganha mais destaque e passa a ser entendida como direito da criança e não mais associada ao direito da mãe trabalhadora, o que traz consequência muito importante conforme cita Filipim

[...] sendo compreendida como direito da criança e não mais atrelada ao direito da mulher e da mãe que trabalha. Nessa perspectiva, a Constituição, juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/90, contribuíram para que a Educação Infantil fosse considerada, pela primeira vez, como etapa da Educação Básica (FILIPIM *et al.*, 2017, p.614).

Sendo considerada como etapa da Educação básica, esta tem visibilidade potencializada e obrigatoriedade de cuidados e reflexão a seu respeito por parte governamental.

Com isto, em 2006 a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, antecipa o acesso ao ensino fundamental para os 6 anos de idade, e a Educação Infantil passa a atender crianças de zero a cinco anos de idade (BNCC, 2018, p.35). Em 2009, com a Emenda Constitucional nº 59/200926 esta passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos, sendo aditada na LDB de 2013 (BNCC, 2018, p.36), e traz consequência importante conforme descrito

Com a inclusão da Educação Infantil na BNCC, mais um importante passo é dado nesse processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica (BNCC, 2018, p.36).

3. O PROTAGONISMO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Como protagonismo infantil entendemos o fato de que, apesar dos professores serem mediadores dos conhecimentos e serem fomentadores da prática, a criança também tem papel ativo e determinante nesta. Portanto, por definição corroboramos o dito por Schneider

Por Protagonismo Infantil entende-se a percepção da criança como alguém potente, capaz de criar formas de se comunicar e de se relacionar com o mundo desde o início da vida e, por isso, capaz de participar com autonomia de seus próprios processos de ensino e de aprendizagem (SCHNEIDER, 2015, p.11).

Além disso, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2010) a criança é:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p.32).

Ou seja, crianças são indivíduos que pensam e agem de forma própria. E por mais que exista o papel do professor de facilitar o conhecimento, essa prática não pode ser padronizada, no sentido de ser pronta e fechada, não cabendo alterações, adaptações, pois os alunos não são iguais, e deve-se respeitar o tempo e a individualidade de cada uma para que haja a construção do conhecimento e o desenvolvimento integral da criança. Boniek (2018, p.105) nos aponta que cada criança tem seu potencial e trajetória de vida, que as torna únicas, cabendo à educação incorporá-la na totalidade do seu ser e potencialidade.

Segundo a Lei 9394/96 no Art.29 a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. E no Art.30, da mesma, menciona que ela será oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade, e nas pré-escolas para crianças de quatro e cinco anos. É a primeira etapa da educação básica, início e fundamento do processo educacional (BNCC, 2018, p.36). E como tal, apresenta uma grande importância na formação e

entendimento do que todo este processo significa, pois é início e dá continuidade as ideias tomadas sobre suas representações quanto à educação, protagonismo e sujeitos, que irão refletir toda uma formação humana.

4. PRÁTICA EDUCATIVA

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2010), as propostas pedagógicas devem respeitar os seguintes princípios

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2010, p.16).

É seguindo a estes princípios que se oportuniza às crianças o protagonismo, pois a partir destes, entende-se a criança como sujeito ativo, e onde através de ambientes que as convidem a vivenciar desafios e provocá-las a resolvê-los, as mesmas constroem significados sobre si, os outros, sobre o mundo social e natural (BNCC, 2018, p.37).

Nesta intenção cabe ainda ao professor a escuta ativa, que tem por função proporcionar um ambiente seguro, onde os sentimentos das crianças são validados e ela se sinta segura em se expressar, bem como a atenção e relação próxima com a criança, visando dar suporte e promover o desenvolvimento e aprendizagem da criança (SANTOS, 2013, p.22). Em aproximação com os conceitos associados ao desenvolvimento apresentados por Vygotsky, é a percepção da zona de desenvolvimento real, e atuação sob a zona de desenvolvimento proximal. Por definição, Zona de Desenvolvimento Real representa os conhecimentos que a criança já adquiriu e consegue desempenhar sozinha, e Zona de Desenvolvimento Proximal são aqueles que a criança ainda não entende ou realiza de forma independente, necessitando do auxílio de alguém mais experiente para desempenhá-lo (CARMO, 2012, p.175).

Ou seja, na prática que visa oportunizar o protagonismo infantil, cabe ao professor o papel conforme descrito na BNCC

Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças (BNCC, 2018, p.39)

Dentro desta prática, é preciso tomar o cuidado de não confundir protagonismo infantil com abertura para liberdade sem limites, ou desvio da intenção pedagógica. Oportunizar o protagonismo infantil é diferente de deixar a criança sem orientação pedagógica. A prática escolar precisa ser planejada com intencionalidade, e o professor precisa estimular e instigar as crianças, mas também estabelecer limites, por meio do diálogo, tratando a criança como um ser pensante, dando a oportunidade dela se expressar, entendendo a importância da liberdade e do limite conforme apresentado por Boniek

Uma educação integral para os nossos tempos precisa se concentrar na liberdade da criança para dirigir a sua própria aprendizagem, com o reconhecimento de que os adultos devem ser capazes de criar limites seguros para a criança (BONIEK, 2018, p.106).

Não se trata também de tolher imediatamente e de forma impensada qualquer prática diferente, incomum, ou até mesmo, indesejada, mas através desta ocasião exercer a escuta ativa, buscando até mesmo investigar se tal ocorrência não denuncia falhas na própria prática educativa, e outros motivos para além.

Cabe também citar o entendimento que a prática educativa que possibilita protagonismo infantil, não pode ser adultocêntrica, em que tudo ocorre a partir do comando do professor (SCHNEIDER, 2015, p.116). Não pode ser uma pedagogia de essência, onde todos os homens são iguais e cabe à escola formar o homem conforme deve ser e não como o é (SUCHODOLKI, 2002 *apud* CARTAXO, 2013, p.174). Mas sim uma pedagogia de existência, possibilitando à criança um desenvolvimento livre e espontâneo, preparando-a não com vistas ao futuro, mas considerando-a no desenvolvimento concreto com necessidades, impulsos, sentimentos e pensamentos (SUCHODOLKI, 2002 *apud* CARTAXO, 2013, p.175). É, conforme descrito por Sarmiento, a negação do estatuto da criança como ser-

em-devir para assumi-las nas características atuais, como *ser-que-é*, na completude de suas competências e disposições (SARMENTO, *apud* ENS; GARANHANI, 2013, p.15).

É no exercer destas atitudes que também a Educação Infantil, como etapa da educação básica, se desenvolve com identidade e características próprias e assume papel adequado conforme cita-se

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (BRASIL, 2010, p.18).

Mas para além das personagens já citadas de influência neste processo, incluímos também a relevância de toda a comunidade escolar pois

Para que a prática docente se concretize e, também, para que haja intencionalidade, é necessário que a comunidade escolar esteja firmada em uma sólida administração (MERLIN; GOBBI, 2021, p.18).

Onde a gestão tem relevância extrema, pois a escola precisa ser estruturada de acordo com as necessidades e características da criança, onde ela possa ter autonomia, o que cabe em grande autoridade à ela.

Releva-se, portanto, a importância da prática educativa voltada ao protagonismo infantil, uma vez que ao mesmo tempo em que é influenciada pelos conceitos existentes, oportuniza reflexão crítica e alteração da realidade de seu campo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente que a associação da educação infantil com o assistencialismo e promoção ao ensino fundamental ainda é presente, pois foi enraizado pelo seu contexto histórico, onde a creche era associada ao cuidado e ao direito da mãe trabalhadora, e a educação pré-escolar visava compensar o fracasso escolar das camadas mais populares. Mas é no próprio exercer e fomento das práticas de protagonismo infantil que esta visão pode ser alterada, uma vez que exige

reflexão a respeito da própria prática, bem como alteração do entendimento de quem são estas crianças, a saber, seres de direito, com características próprias, e potencialidades, seres completos em si. Para tanto, compreende-se protagonismo infantil como a ação da criança sobre seu próprio processo de aprendizagem, que apesar de estar presente em um ambiente carregado de intencionalidade pedagógica, abre caminho para que a criança exerça liberdade, autonomia, de decisão e atuação sobre os processos de chegada ao conhecimento, permite à criança explorar com sua própria criatividade e curiosidade os diferentes caminhos que conduzem ao conhecimento. E cabe ao professor planejar intencionalidades e auxiliar às crianças neste processo, e a toda comunidade escolar dar suporte humano e estrutural para que esta prática se efetive.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, Bruna. **Infâncias E Educação Infantil: Aspectos Históricos, Legais E Pedagógicos**. RevistAlep, Rio de Janeiro, [14], p. 21-34, dez. 2011 – ANO V – Número 16.

BONIEK, Israel. **Capítulo V Desenvolvimento e Sensibilidade: Educar na integralidade do ser**. In: ANTUNES et.al. **Formação Integral do Educador Teorias e Práticas Pedagógicas**. 1. Ed.-São Paulo: Eureka!, 2018. p. (105) – (120).

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil / Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

CARMO, João dos Santos. **Fundamentos Psicológicos da Educação** [livro eletrônico]-Curitiba:InterSaber, 2012. – (Série Psicologia em Sala de Aula). 2MB; PDF

CARTAXO, Simone Regina Manosso. **Pressupostos da Educação Infantil** [livro eletrônico]-Curitiba:InterSaber, 2013. – (Série Fundamentos da Educação).2MB; PDF

ENS, Romilda Teodora; GARANHANI, Marynelma Camargo. **A Sociologia da Infância e a Formação de Professores**. Curitiba: Champagnat, 2013.

FILIPIM, Priscila; ROSSI, Edneia, RODRIGUES; Elaine. **História Da Institucionalização Da Educação Infantil: Dos Espaços De Assistência À Obrigatoriedade De Ensino (1875-2013)**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v.17, n.2 [72], p.605-620, abr./jun. 2017.

MERLIN, Marco Antônio Ribeiro; GOBBI, Andressa. **Capítulo I As Práticas Educativas e Pedagógicas: uma breve discussão da aplicabilidade dos conceitos**. In: Organizadora Zakovicz. **Metodologias Ativas**. Ed.- Curitiba: Ducere Convicções Editora e Consultoria Educacional, 2021: p. (10) – (20).

SANTOS, Carla. **A importância de uma Escuta Ativa**. 2013. Tese de Doutorado.

SCHNEIDER. **O Protagonismo Infantil e as Estratégias de Ensino que o Favorecem em uma Turma da Educação Infantil**. Tese (Mestrado em Ensino) – Centro Universitário UNIVATES, Lajeado. Rio Grande do Sul, p. 147. 2015.